



**Ministério
das Finanças**

Síntese de Execução Orçamental do OE 2020

**NOVEMBRO
2020**

Índice

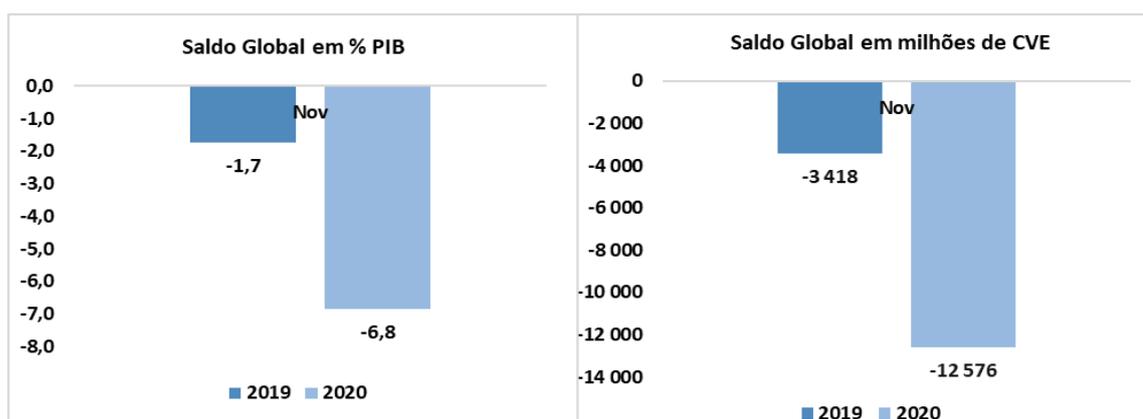
1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL	3
2. RECEITAS TOTAIS	5
2.1. Enquadramento Geral	5
3. DESPESAS CORRENTES	8
3.1. Despesas Correntes de Funcionamento	8
4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO	11

1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Para mitigar os efeitos da crise sanitária e económica, o Governo, através do OR 2020, implementou um conjunto de medidas com objetivo de fazer face aos impactos negativos da crise sanitária da COVID-19 sobre às famílias, aos jovens e aos mais vulneráveis, mas também sobre as empresas. Das medidas em causa, destaca-se as medidas de reforço sanitário e de apoio à tesouraria das empresas, tendo em vista o emprego; bem como a implementação de medidas que garantam o rendimento aos mais vulneráveis, como o rendimento solidário, o rendimento emergencial e o alargamento do rendimento de inclusão social. Tais medidas, necessárias, consubstanciaram numa maior pressão às finanças públicas, para além do impacto direto da crise sobre as receitas fiscais.

A 30 de novembro de 2020, o valor provisório do saldo global foi negativo em 12.575,7 milhões de CVE, ou seja, um défice de 6,8% do PIB projetado pelo MF, e um agravamento 5,1 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2019. De dizer, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 5,3%, agravando-se em 7,1 p.p., comparativamente ao período homólogo.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Assim, a execução orçamental provisória, até novembro de 2020, resultou:

- o da diminuição das receitas totais em 17,0% (-7.780,2 milhões de CVE);

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

- do agravamento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 3,3% (+1.490,4 milhões de CVE) e;
- da diminuição de investimento em ativos não financeiros em 3,1% (-112,4 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

Quadro 1. FP: Operações Financeiras do Estado (Governo Central)						
	2019		2020		Grau Exec.	Tax. hom Nov
	Orç. 2019	Nov	Orç. Ret.	Nov		
1. Receitas Totais	63 611	45 821	53 869	38 041	70,6	-17,0
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 132	44 511	45 309	32 922	72,7	-26,0
Impostos	44 407	37 620	33 952	28 346	83,5	-24,7
Segurança Social	61	58	70	54	77,8	-6,8
Transferências (donativos)	5 479	1 310	8 559	5 119	59,8	290,8
Outras Receitas	13 665	6 834	11 288	4 522	40,1	-33,8
2. Despesas Totais (FUN+INV)	59 147	45 578	64 974	47 068	72,4	3,3
2.1-Despesas Correntes	59 147	45 578	64 974	47 068	72,4	3,3
dq: despesas de funcionamento	48 327	39 470	49 440	40 077	81,1	1,5
dq: Juros da dívida interna	3 406	2 850	3 337	2 922	87,6	2,5
dq: Juros da dívida externa	2 128	1 747	1 754	1 507	85,9	-13,8
dq: despesas correntes de investimento	10 820	6 108	15 534	6 992	45,0	14,5
3. Resultado Operacional Bruto	4 464	243	-11 105	-9 027	81,3	-3811,6
4. Activos não Financeiros	10 330	3 661	9 851	3 548	36,0	-3,1
Compra de activos não financeiros	12 326	3 745	10 301	3 644	35,4	-2,7
dq: programa de investimento	11 861	3 475	9 772	3 310	33,9	-4,8
Venda activos não financeiros	1 996	84	451	96	21,2	13,9
5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)	-5 866	-3 418	-20 956	-12 576	60,0	268,0
Saldo global (em percentagem do PIB)	-3,0	-1,7	-11,4	-6,8		
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-11 344	-4728	-29 515	-17 695		
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-1 015	-1067	-19 665	-14 147		
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,5	-0,5	-10,7	-7,7		
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	4 519	3 531	-14 574	-9 718		
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	2,3	1,8	-7,9	-5,3		
Saldo global Primário (5+juros)	-332	1 180	-15 865	-8 147		
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,2	0,6	-8,6	-4,4		
6. Financiamento	5 866	3 991	20 956	15 293		
6.1 Activos Financeiros	-8 393	-1 978	-4 569	-1 310		
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	185	1 736	392	191		
Concessão de Empréstimo	-4 931	-1 309	-4 664	-843		
Acções e outras participações - MI	-3 667	-2 406	-1 445	-664		
Acções E Outras Participações MI - Alienação				6,3		
Depositos Cert. Poup. MI - Constituições	-954					
Depositos Cert. Poup. MI - Levantamentos	973		1 148			
6.2 Passivos Financeiros	14 259	5 970	25 525	16 603		
Interno líquido	4 369	-502	5 488	6 552		
Sistema bancário		-1 805		4 457		
Empréstimos obtidos	10 148		12 552			
Amortização	-5 779		-6 919			
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-105	-145	-134		
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		699		3 628		
Pagamento de Cheques e transferência em Transitio				-2 651		
Sistema não bancário		3 241		1 253		
Externo líquido	9 890	4 263	20 037	10 051		
Desembolsos	14 221	8 143	22 677	13 967		
Amortizações programadas	-4 331	-3 880	-2 640	-3 916		
7.Diferencial Financ./ Discrepância (5 - 6)	0	574	0	2 717		

Fonte: MF

2. RECEITAS TOTAIS

2.1. Enquadramento Geral

As receitas totais da Administração Central, até novembro de 2020, atingiram 38.041,0 milhões de CVE, registando uma diminuição de 17,0%, perante o período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da diminuição dos impostos diretos (-24,0%), dos impostos indiretos (-24,9%), da segurança social (-6,8%), das outras receitas (-33,8%) e do aumento dos donativos (+290,8%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 24,0% resultou, essencialmente e à semelhança dos últimos meses, da evolução negativa do IRPC de cerca de 2.323,3 milhões de CVE (-43,7%), em face à arrecadação no período homólogo do ano anterior:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – a arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 5.702,5 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de -428,6 milhões de CVE (-7,0%). A variação da arrecadação deste imposto não foi muito acentuada dado que, apesar da situação de crise, o impacto no pagamento dos rendimentos das pessoas singulares ainda não foi acentuado, dado que medidas como o layoff permitiram manter algum rendimento às mesmas.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – a receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 2.995,5 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de (-2.323,3 milhões de CVE; -43,7%), devido à redução da taxa de arrecadação nos fracionados, anulação da taxa para as empresas com redução significativa do volume de negócios e à diminuição da taxa do IRPC em 2019 com impacto na entrega de 2020. Igualmente, em consequência dos impactos da crise da COVID-19, assiste-se a um aumento de pedidos de pagamento em prestações deste imposto por parte dos

Síntese de Execução Orçamental
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

agentes económicos, devido aos fortes impactos da crise na tesouraria das empresas.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Nov	Orç. Ret 2020	Nov	Grau Exec. Tax. hom (%)	Tax. hom Nov
Impostos	44 407	37 620	33 952	28 346	83,5	-24,7
<i>Imposto único sobre rendimentos</i>	13 743	11 450	11 558	8 698	75,3	-24,0
IR-PS	8 106	6 131	6 249	5 703	91,3	-7,0
IR-PC	5 638	5 319	5 309	2 995	56,4	-43,7
<i>Imposto sobre bens e serviços</i>	21 421	18 286	15 582	13 150	84,4	-28,1
Sobre bens e serviços	16 786	14 747	12 895	10 825	83,9	-26,6
Imposto sobre o valor acrescentado	16 786	14 747	12 895	10 825	83,9	-26,6
IVA DA	8 593	7 485	6 424	6 008	93,5	-19,7
IVA DCI	8 193	7 262	6 471	4 816	74,4	-33,7
Sobre consumo	2 754	1 968	1 617	1 503	92,9	-23,6
Imposto consumo especial	2 754	1 968	1 617	1 503	92,9	-23,6
Impostos diversos sobre serviços	1 118	896	513	296	57,6	-67,0
Contribuição turística	1 118	896	513	296	57,6	-67,0
Outros impostos	763	675	557	527	94,6	-21,9
Taxa ecologica	763	675	557	527	94,6	-21,9
<i>Impostos sobre transações internacionais</i>	8 472	7 220	6 240	5 874	94,1	-18,6
Direitos de importação	8 097	6 913	5 966	5 605	94,0	-18,9
Taxa comunitaria CEDEAO	375	307	273	269	98,3	-12,4
<i>Outros impostos</i>	770	664	572	623	109,1	-6,1
Imposto de selo	726	627	534	594	111,2	-5,4
Imposto especial sobre jogos	44	37	38	30	78,9	-18,4
Segurança Social	61	58	70	54	77,8	-6,8
Taxa social única	0	0	0	0	8,2	0,0
Contribuições para a segurança social	60	58	68	54	78,3	-6,9
Outras Contribuições	1	0	1	1	48,7	5,4
Transferências	5 479	1 310	8 559	5 119	59,8	290,8
De Governos Estrangeiros	5 030	1 250	7 492	4 635	61,9	270,9
Ajuda Orçamental	2 020	386	1 957	2 287	116,8	492,5
Ajuda Alimentar	158	219	304	80	26,3	-63,4
Donativos directos	2 852	641	5 230	2 267	43,3	253,5
Outras	0	4	0	2	0,0	-53,5
De Organizações Internacionais	0	60	604	92	15,2	52,4
Das Administrações Públicas	449		464	392	84,5	0,0
Outras Receitas	13 665	6 834	11 288	4 522	40,1	-33,8
Rendimentos de propriedade	4 488	973	3 502	615	17,5	-36,8
Venda de bens e serviços	7 896	5 160	6 366	3 310	52,0	-35,8
Multas e outras penalidades	297	350	299	184	61,5	-47,5
Outras transferências	330	127	425	40	9,3	-69,0
Outras receitas diversas e não especificadas	655	224	695	374	53,8	66,6
Total de Receitas	63 611	45 821	53 869	38 041	70,6	-17,0

Fonte: MF

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 24,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 10.824,6 milhões de CVE, traduzindo assim, numa evolução de -3.922,0 milhões de CVE (-26,6%). Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da Crise da COVID-19, principalmente a nível do Turismo, e as medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações, excecionalmente;
- Contribuição Turística – a receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 295,6 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -600,5 milhões de CVE (-67,0%), revelando um forte impacto da crise da COVID-19, uma vez que estas receitas advêm diretamente do fluxo de turismo (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), que caiu drasticamente desde o início da Pandemia e consequente encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo, para estes efeitos;
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 18,6% (-1.345,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2019, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 18,9% (-1.307,2 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 12,4% (-38,2 milhões de CVE);
- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo registou uma evolução negativa em termos homólogos de 5,4% (-33,7 milhões de CVE), situando-se em 593,6 milhões de CVE; e
- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos situou-se nos 29,9 milhões de CVE, com uma evolução negativa em termos homólogos de 18,4% (-6,7 milhões de CVE) uma

vez que estas receitas proveem essencialmente da atividade turística na Ilha do Sal, tendo esta sofrido fortes impactos com a crise pandémica.

No que toca às transferências (donativos), houve um aumento de 290,8% (+3.809,2 milhões de CVE) em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 5.119,2 milhões de CVE. Do montante 2.286,6 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 2.266,9 milhões de CVE são destinados aos donativos diretos aos projetos de investimentos e 80,1 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 33,8%, refletindo o impacto da pandemia COVID-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, segurança marítima, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

3. DESPESAS CORRENTES

Em novembro de 2020, o total das despesas correntes (funcionamento e investimento) situou-se em 47.068,3 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 3,3%, em face ao período homólogo. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de despesas com o pessoal (+4,6%), aquisições de bens e serviços (+19,9%), dos subsídios (+279,6%), das transferências correntes (+12,1%) e dos benefícios sociais (+11,5%) conjugado com as diminuições dos juros (-3,6%) e outras despesas correntes (-53,9%).

O valor da despesa por regularizar, em novembro, situou-se em cerca de 535,8 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas.

3.1. Despesas Correntes de Funcionamento

As despesas correntes de funcionamento, em novembro de 2020, evidenciaram um aumento de 1,5 % (+607,2 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 40.076,8 milhões de CVE, como resultado da execução das seguintes rubricas:

- Outras Despesas Correntes, que evidenciaram uma diminuição de 46,6% (-1.091,4 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela diminuição da rubrica restituições em 84,2% (-873,4 milhões de CVE) e das outras despesas residuais em 19,7% (-15,8 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços, que registaram um aumento de 6,2 % (+250,8 milhões CVE), face ao período homólogo do ano anterior, derivado sobretudo do aumento das rubricas Medicamentos (122,6 milhões CVE), Material de Consumo Clínico (79,1 milhões CVE) e Rendas e Alugueres (79,8 milhões CVE), como resultado da resposta à COVID-19;
- Despesa com o pessoal, que evidenciou um agravamento de 4,8% (+839,4 milhões de CVE) justificado, essencialmente, pela regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas e das Comissões de Recenseamento Eleitoral; recrutamentos de profissionais de saúde e de técnicos para os serviços do Departamento Governamental responsável pela área da Agricultura e Ambiente; atualização do valor de índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal da Polícia Nacional, desta feita a fixar-se nos 63.000 CVE (sessenta e três mil escudos); e implementação do novo Estatuto da Carreira dos Militares, estabelecendo os valores de índice 100 da estrutura remuneratória dos militares. As medidas e atos que levam a um aumento da despesa pública foram suspensas a partir da aprovação do OR 2020;
- Juros e outros encargos com a dívida, que registou uma diminuição de 3,6% (-164,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2019, decorrente da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da COVID-19 nos países mais vulneráveis;

- Subsídios, que registaram um aumento de 279,6% (+422,3 milhões de CVE), justificado, principalmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras em 818,8% (+422,3 milhões de CVE), nomeadamente o pagamento de subvenções relativamente as linhas marítimas deficitárias;
- Transferências correntes, que tiveram um aumento de 15,7% (+550,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelo aumento na rubrica municípios correntes em 13,0% (+413,0 milhões de CVE), dado a atualização do FFM, nos termos previsto na lei, em que o valor previsto para 2020 ultrapassa em mais de 357 mil contos o montante orçamentado em 2019 e na rubrica quotas a organismos internacionais correntes em 97,7% (87,1 milhões de CVE);
- Benefícios Sociais, que aumentaram 5,2% (+322,5 milhões de CVE), justificado, essencialmente, da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, agravado pelo impacto da adesão de vários funcionários públicos ao regime de pensão antecipada, aprovado pelo Governo no OE 2019, bem como pela passagem à reforma dos contratados locais nas embaixadas e serviços consulares dando origem ao aumento nas rubricas pensões de aposentação em 6,1% (+243,2 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 5,5% (+13,5 milhões de CVE); aumento nos outros benefícios sociais em numerários, 22,5% (+2,9 milhões de CVE) no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional.

Quadro 3 - Evolução das Despesas de Funcionamento

Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Nov	Orç. Ret	Nov	Grau Exec. (%)	Tx. hom Nov
Despesas com Pessoal	21 790	17 510	22 307	18 349	82,3	4,8
Remuneração Certas e Permanentes	20 334	16 185	20 504	16 877	82,3	4,3
Segurança Social	1 456	1 324	1 803	1 472	81,6	11,2
Aquisição de Bens e Serviços	5 887	4 024	6 698	4 275	63,8	6,2
Juros correntes	5 637	4 617	5 187	4 452	85,8	-3,6
Dívida interna	3 406	2 850	3 337	2 922	87,6	2,5
Dívida externa	2 128	1 747	1 754	1 507	85,9	-13,8
Outros encargos	102	19	96	23	24,4	22,2
Subsídios	579	151	807	573	71,0	279,6
Transferências Correntes	4 438	3 512	4 756	4 063	85,4	15,7
Governos Estrangeiros	111	9	59	12	21,0	38,5
Organismos Internacionais	402	89,2	455	176	38,7	97,7
Administração pública	3 925	3 414	4 241	3 874	91,3	13,5
Benefícios Sociais	6 482	6 254	6 936	6 577	94,8	5,2
Outras despesas correntes	3 515	2 344	2 749	1 252	45,6	-46,6
Despesas Correntes	48 327	38 412	49 440	39 541	80,0	2,9
Valor a regularizar		1 058		536	-	-49,3
Total de Funcionamento	48 327	39 470	49 440	40 077	81,1	1,5
Activos não Financeiros	465	269	529	334	63,2	24,0
TOTAL DESPESAS	48 792	39 739	49 969	40 411	80,9	1,7

Fonte: MF

4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu os 10.301,2 milhões de CVE, representando 40,7% do orçamento retificativo de 2020. Do montante pago, 51,1% (5.288,7 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 20,4% (2.100,5 milhões de CVE) por Empréstimos e 26,1% (2.693,4 milhões de CVE) por Donativo.

Quadro 4 – Programa de Investimento Público

Quadro 4. FP: Despesas de Investimento						
(em milhões de CVE)						
	2019		2020			
	Orç. 2019	Nov	Orç. Ret	Nov	Grau Exec. (%)	Tx. hom Nov
Despesas com Pessoal	1 417	895	1 341	900	67,2	0,6
Remuneração Certas e Permanentes	1 275	811	1 201	811	67,5	0,0
Segurança Social	142	84	139	89	64,0	5,7
Aquisição de Bens e Serviços	4 903	2 412	8 741	3 444	39,4	42,8
Subsidios	0	0	84	0	0,0	0,0
Transferências Correntes	1 718	1 603	3 316	1 672	50,4	4,3
Governos Estrangeiros	107	65	760	76	9,9	16,6
Organismos Internacionais	33	29	19	0	0,0	-100,0
Administração pública	1 578	1 509	2 537	1 596	62,9	5,8
Benefícios Sociais	480	306	1 110	737	66,4	141,2
Outras despesas correntes	2 301	893	943	238	25,3	-73,3
Despesas Correntes	10 820	6 108	15 534	6 992	45,0	14,5
Activos não Financeiros	11 861	3 475	9 772	3 310	33,9	-4,8
TOTAL DE INVESTIMENTO	22 681	9 584	25 306	10 301	40,7	7,5

Fonte: MF